

ATA DA AUDIÊNCIA PÚBLICA REALIZADA PARA DEMONSTRAR E AVALIAR O CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS, FÍSICAS E FINANCEIRAS, GASTOS COM SAÚDE E ENSINO E RELATÓRIO DETALHADO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, RELATIVO AO 2º QUADRIMESTRE DE 2021 E PARA APRESENTAR, DISCUTIR E DEFINIR AS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL PARA CONSTAREM DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS E DA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL PARA O EXERCÍCIO DE 2022, EM CUMPRIMENTO AO DISPOSTO NO ARTIGO 9º, § 4º DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL E ARTIGOS 35 E 36 DA LEI COMPLEMENTAR (FEDERAL) Nº 141/2012.

Aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e um, às dez horas, no Plenário da Câmara de Vereadores de Nova Trento, reuniu-se em audiência pública, o Contador responsável Sr. Aderico Edilio Dalri, o Diretor do Samae Sr. Godofredo Luiz Tonini, o Diretor da Defesa Civil Sr. Airton Ferreira, a Presidente da Apae Sra. Denice Buttchevitz e demais servidores municipais e integrantes da sociedade de Nova Trento, conforme liste de presença, em atendimento à convocação formulada pelo Prefeito Municipal Tiago Dalsasso, através do Ofício nº 329/2021/GAB/PMNT e do Ofício nº 330/2021/GAB/PMNT, encaminhados ao Presidente de Câmara de Vereadores – o Vereador Genésio Luiz Piazza e ao Vereador Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento – Gabriel Pereira Battisti e convocação dos representantes da sociedade civil organizada, demais vereadores, autoridades e lideranças políticas, enviadas pelo whatsapp e publicada no sítio da Prefeitura, no Mural da Prefeitura, do Diário Oficial dos Municípios – DOM no dia 08/09/2021, no Jornal “Correio Catarinense” no dia 03/09/2021 e no Jornal “O Trentino” no dia 03/09/2021, com o objetivo de apresentar e avaliar o cumprimento das metas fiscais, físicas e financeiras estabelecidas para o 2º QUADRIMESTRE DE 2021, em atendimento ao disposto no Artigo 9º, § 4º da Lei de Responsabilidade Fiscal e para apresentar, discutir e definir as prioridades e metas da administração municipal para constarem da proposta de LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS e proposta de LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL para 2022, em atendimento ao disposto no parágrafo único do artigo 48 da Lei Complementar Federal nº 101/2000. A Diretora de Controle Interno abriu a audiência agradecendo a presença de todos, destacando que a realização da audiência é em cumprimento a exigência legal, a importância da transparência dos atos públicos e passou a palavra ao consultor José Becker. Ele deu as boas vindas a todos e iniciou a apresentação projetando no telão as informações através de tabelas e planilhas, destacou também os princípios estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal. Em sua apresentação, demonstrou e avaliou o cumprimento das metas fiscais de receita, despesa, resultado primário e nominal e montante da dívida, gastos com pessoal, com saúde e ensino referentes ao 2º Quadrimestre de 2021, a avaliação do cumprimento das metas físicas e financeiras de cada uma das ações de governo que integram a Lei Orçamentária e que foram priorizadas para 2021; a avaliação do cumprimento dos gastos com Saúde e Ensino, evidenciando as receitas resultantes de impostos, base de cálculo da aplicação mínima, o percentual destinado à Saúde e Ensino até o período de referência e os demais recursos vinculados a essas duas funções de governo, com destaque para a execução orçamentária e financeira do Fundo Municipal de Saúde, em atendimento a LC 141/2012. Perguntou aos presentes se havia dúvidas ou perguntas e serem feitas, diante da negativa, o consultor deu prosseguimento a apresentação de acordo com a Lei Complementar (federal) nº 101/2000 – LRF, da norma legal que exige a realização da audiência pública durante os processos de elaboração da LDO e da LOA, do regramento constitucional e legal que orientam a elaboração desses instrumentos de planejamento e dos anexos que devem compor a Lei de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual. Projetou na tela o orçamento da receita para os exercícios de cada uma das Unidades Gestoras e explicou os critérios técnicos adotados para projeção do valor para cada uma das contas de receita. Destacou que as prioridades e metas da

administração para 2022 apresentadas na tela para discussão foram extraídas do Plano Plurianual para o período de 2022 a 2025 de forma a observar o princípio da compatibilidade entre os instrumentos de planejamento. Ainda sobre os estudos da receita prevista para 2022, apresentou na tela o Demonstrativo da Evolução da Receita, receita arrecadada, a prevista e a projetada. Sobre as prioridades programadas para 2022 e apresentadas para discussão, discorreu sobre a evolução da despesa por grupo de natureza, realizada em anos anteriores e a projetada para 2022, com destaque para as despesas com Pessoal. Sobre o cumprimento dos gastos mínimos com Saúde e Ensino deverão atender o mínimo constitucional. Livre a palavra, nenhum dos presentes se manifestou para apresentar sugestões, questionamentos ou obterem informações adicionais sobre as prioridades e metas para 2022. Ao final as metas e as ações de governo priorizadas na LDO e LOA foram APROVADAS pelos participantes da audiência pública. O Controle Interno informou que todo o material da audiência estará disponível no Portal Transparência do Município. Não havendo mais nada a tratar, a audiência pública foi encerrada, lavrando-se a presente ata que vai assinada por mim, Cátia Maria Burigo - Diretora de Controle Interno _____, que a redigi, dela fazendo parte todo material utilizado. Os demais presentes firmaram lista de presença anexa.